



Da formação à atuação, perspectivas para a Educação Infantil, segundo Zabalza

From the formation to the practice, Education for children perspectives, according to Zabalza

Miguel Ángel Zabalza Beraza
Universidade de Santiago de Compostela | Espanha

Miguel Ángel Zabalza Beraza é professor Catedrático da Universidade de Santiago de Compostela, licenciado em Pedagogia, diplomado em Criminologia, doutor em Psicologia. Ocupou vários cargos na Universidade: Diretor da Faculdade de Ciências da Educação, Diretor do Instituto de Ciências da Educação, Diretor de Departamento, Membro da Congregação e do Conselho de Governo, Membro da Comissão de Qualidade da Universidade de Santiago e coordenador da formação do professorado universitário da Agência para a Qualidade do Sistema Universitário Galego. Pesquisador de múltiplos interesses com inúmeras publicações, nesta entrevista o Professor Zabalza foi convidado a falar sobre formação de professores e a qualidade na Educação Infantil, temática de interesse compartilhada com a entrevistadora, professora Maristela Angotti, durante a realização de seu Pós-Doutorado na Universidade de Santiago de Compostela, sob a orientação do entrevistado.

221

Uma história acadêmica marcada pelo interesse na investigação das questões relacionadas à Educação de Infância, que espaço ocupa este interesse hoje na vida do Professor Zabalza?

Miguel A. Zabalza Beraza: Não saberia muito bem o que dizer. Não é um espaço tão grande como foi em outras oportunidades. Na verdade, a Educação Infantil nunca foi um espaço prioritário em meu trabalho, sempre compartilhou espaço com outro tipo de coisas, de temáticas com as quais eu estava trabalhando, ainda que alguns estudos tivessem a ver com a Educação Infantil. Mas, simultaneamente, sempre estava trabalhando sobre a Educação Primária, sobre a Secundária e, ultimamente, sobre universidade. Nos últimos anos, eu entendo que dois temas, duas partes mais importantes da minha dedicação à pesquisa está entre a vida universitária, a Educação Superior e a

Educação Infantil. Foram desaparecendo outros âmbitos que eu tinha trabalhado muito nos últimos anos, mas dentro desta dicotomia – Educação Superior e Educação Infantil –, seguramente o trabalho nestes últimos anos tem sido mais sobre a Educação Superior. Quero dizer, a Educação Infantil é importante, mas não tão importante neste momento como é a Educação Superior.

Pergunta complementar: Mas é possível falar que a carreira internacional do senhor, sobretudo na América Latina, tenha se expandido a partir das questões relacionadas à Educação Infantil?

Miguel A. Zabalza Beraza: Seguramente, sobretudo no Brasil. O que eu percebo é que no Brasil o âmbito da Educação Superior não é muito forte ainda, a pesquisa que se poderia fazer sobre a Educação Superior não é muito forte. Essa questão da expansão, de ser conhecido ou não está muito vinculado aos livros, se você publica ou não, e o feito foi que apareceu o livro Qualidade na Educação Infantil antes que outros. Também a questão dos eventos que se realizam no Brasil parece ter mais a ver com a Educação Infantil do que com a Educação Superior. A Educação Superior depende mais das Universidades e estas não parecem ter muita capacidade para convocar eventos tão grandes como se pode convocar para o professorado de outros níveis.

Então, em certos âmbitos, no Brasil, me conhecem mais pela Educação Infantil do que pela Educação Superior, ainda que, até onde eu sei, meus livros estão sendo trabalhados nas universidades, o que quer dizer que, na medida em que se vão convocando eventos como a Educação Superior possivelmente eu tenha presença ali também. Eu tenho recebido muitos convites para visitar universidades, mas me sinto mais confortável, tratando das questões da Educação Infantil no Brasil neste momento.

Depois de ter escrito tanto sobre a qualidade, agrada ao senhor a Educação Infantil como está hoje? Que qualidade tem este atendimento?

Miguel A. Zabalza Beraza: O termo qualidade na Educação Infantil forma mais parte dos discursos que das práticas. Eu entendo que temos trabalhado muito em algumas questões que tratam da qualidade, mas ainda as práticas, pelo menos na Espanha, não são de tanta qualidade. Há escolas que têm um alto nível de qualidade, mas não são muitas. Há escolas em que



o nível de qualidade é bastante baixo, e estas são em maior número. O que significa dizer que o que está se implementando nos últimos anos é de muita heterogeneidade entre umas escolas e outras. Portanto, não sei bem o que havíamos de fazer. A questão está que partimos de uma premissa de que as escolas de Educação Infantil constituem o que temos de melhor no sistema educativo e isto, eu creio, não é correto. Portanto, uma auto-imagem demasiadamente positiva faz desmobilizar o esforço para se ir melhorando as coisas que estão sendo feitas e isso foi o que comprovamos aqui, quando realizamos a pesquisa sobre a situação da Educação Infantil aqui na Galícia (A Educación Infantil em Galícia (3 a 6 anos), Curso 1995-1996, Xunta de Galícia, Consello Escolar de Galícia, equipe de investigación coordenada por Miguel A. Zabalza Beraza) que coisas que acreditávamos que estivessem superadas há anos, enquanto organização dos espaços, enquanto as atividades que as crianças fazem, enquanto coisas distintas ainda estavam presentes em muitas das escolas.

Apesar da mudança da Lei de Ordenação Geral do Sistema Educativo (LOGSE) em tratar a Educação Infantil de 0 aos 6 anos, sabemos do pouco investimento nos 0 aos 2 anos, no seu pouco reconhecimento a não ser para atender as mães trabalhadoras. Quais as perspectivas na Espanha para que o investimento nas creches públicas possa se tornar uma realidade com a conseqüente destinação de verba, de investimentos para tal nível educacional?

223

Miguel A. Zabalza Beraza: Neste momento a situação da Educação Infantil de 0 a 2 é bastante boa. Quero dizer, no sistema de cobertura há muitas crianças que estão sendo atendidas. Também com uma certa heterogeneidade: tem lugares em que a população é mais compacta, mais centralizada como nas cidades, nas vilas e aldeias e a possibilidade de atenção às crianças é muito mais forte. Em contextos em que a população está muito espalhada, em que as casas estão mais soltas, isoladas como aqui na Galícia é um pouco mais complicado fazer isso, porque as crianças precisam se mobilizar para estar nos locais em que se ofereceriam serviços a elas. Mas, neste momento, o que se coloca é que as escolas estão recebendo muitas crianças de 2 anos. Quero dizer que até agora o sistema que tínhamos era o de 0 aos 3, e estas escolas de 0 a 3 anos estão tendo uma resposta competitiva em relação às escolas de 3-6. Isso porque querem garantir ter mais

crianças, porque tinham poucas, estão roubando as crianças das escolas melhor dotadas, com mais tradição. Neste período que passei em Vitória, no País Vasco, pude perceber que Vitória tem escolas municipais muito bem equipadas. É uma coisa maravilhosa!

Agora os pais estão preferindo levar as crianças às escolas, aos colégios públicos, porque entendem que se as suas crianças começam aos 2 anos, têm garantida a vaga para fazer o restante da escolaridade. Se espera começar aos 3, terão pais que vão solicitar estes mesmos postos, estas mesmas vagas nas escolas. O que ocorre é que as escolas estão fazendo um programa para atrair as crianças desde muito pequenas com esta esperança, esta promessa para os pais: as crianças vêm para esta escola e terão a vaga para toda a escolaridade, até os 14 ou 16 anos, dependendo onde termina isso. Creio que isso seja um pouco complicado.

Quero dizer, que no fundo sei que a atenção às crianças de 0 aos 3 vai ser importante, o que acontece na Espanha é que por mais que falemos de um sistema único de escola, vai haver diversos sistemas de escolas: um sistema mais vinculado às políticas de trabalho, às políticas familiares e de assistência social, e um tipo de escolas vinculado a um profissional mais centrado na Educação. Ainda que a Legislação esteja dizendo o contrário.

Aqui na Galícia, por exemplo, uma das últimas controvérsias que apareceu neste governo recente, é que o vice-presidente do governo disse que sob a sua tutela vai instalar o que eles estão chamando de "Galego Escolas" para crianças de 0 aos 3 anos. Não é uma proposta da Educação, mas sim da área social.

O Conselheiro responsável pelos serviços sociais oferece ao Vice-Presidente um papel e este se tornaria, em sua história, responsável pelos serviços sociais. Não é a Educação que está fazendo a proposta, é outro departamento, o que indica uma contradição.

Se a Lei diz que as escolas têm que ser educativas, como é que vem um Conselheiro que não tem nada a ver com a Educação a fazer uma proposta de montar o "Galego Escola".

Pergunta complementar: Eu acompanhei pelos jornais uma discussão de um pai que não conseguiu vaga em uma escola pública para o seu filho por conta de seu salário. Como é que fica a relação entre salário e vaga em escola pública? Inclusive ele dizia que alguns pais que eram médicos, pro-



fissionais autônomos entregavam um atestado provisório de rendimento para poder garantir a vaga para seus filhos. Como é que isso funciona?

Miguel A. Zabalza Beraza: Esse é um sistema de seleção para as escolas públicas. Para poder entrar em uma escola pública aplicam-se diversos critérios: o critério principal é o da proximidade. Ou seja, as crianças que estão mais próximas às escolas têm direito a estar nelas sempre que se cubram bem todas as vagas. É tão importante este critério que o que aconteceu no ano passado foi que muitos pais enganaram em relação ao seu domicílio, que colocaram como domicílio de seus filhos o de algum parente, ou de outras pessoas que estavam no entorno da escola.

Outro critério é o de ter um irmão ou irmãos dentro da escola. E o outro critério é o econômico. Em igualdade de condições entra na escola pública a criança cujos pais têm um salário mais baixo. De fato, o Estado tem que garantir escolas públicas para todos, mas nem sempre há espaços para todos. Isso significaria que os pais que têm melhores condições, mais capacitados (abonados) economicamente deveriam levar seus filhos para as escolas mais próximas de seu domicílio ou a uma escola privada, pois eles teriam condições de fazê-lo.

Por isso é que alguns pais, para poderem documentar a sua situação econômica têm que entregar a sua Declaração à Fazenda do ano anterior. O que acontece é que isso também pode produzir enganos. Eu posso fazer uma declaração de renda enganosa e depois fazer uma retificação. Apresento para a escola a enganosa e depois cumpro junto a Fazenda uma declaração complementar. Este é o sistema usado, sobretudo pelos pais que são profissionais autônomos que nunca se sabe bem o quanto ganham.

Como pode ser analisada a globalização do discurso educacional em termos de Educação Infantil em partes da Europa e América Latina?

Miguel A. Zabalza Beraza: Eu tive uma discussão muito interessante sobre isso com o Peter Moss, debatemos em um jornal a idéia da globalização. Ele está muito contra a globalização e entende que não se pode falar de uma qualidade globalizada e que, afinal, as condições dos distintos países são tão diversas que não caberia planejar idéias comuns de qualidade. A minha idéia é um pouco diversa a essa.

É lógico pensar que sendo as questões dos condicionamentos existentes em um país não podemos pensar que todas as coisas possam ser como as de Reggio Emilia. Porém a minha idéia é que a globalização seria muito negativa se tentasse impor os mesmos critérios, as mesmas condições, os mesmo enfoques para a Educação Infantil em todo o mundo. Isso não teria. Porém pode ser muito positivo se conseguirmos estabelecer uns mínimos básicos, estes não podem ser contradições (contrariados) por nenhuma situação, seja qual for a situação do país. As crianças têm o direito à Educação e se é um direito, não importa qual seja a situação do país, as crianças deverão ter: um professorado especializado. Este é um direito que tem que ter em todos os países.

Que não tenhamos que estar preocupados em forçar muito a leitura e a escrita desde muito cedo. A minha idéia é que existem questões que são tão básicas que, não importam a situação do país, as condições têm que ser respeitadas, são aspectos que têm que ficar claros na cabeça dos governantes e dos profissionais.

A partir de toda a elaboração defendida sobre a qualidade para a Educação Infantil o senhor reveria hoje algum critério? Proporia algum outro?

226

Miguel A. Zabalza Beraza: Não creio. Seguramente nós teremos que reforçar mais certos tipos de aspectos do trabalho docente em função dos novos descobrimentos da neuro-anatomia. Portanto, na medida em que os descobrimentos neurológicos, os descobrimentos sobre a configuração cerebral estão sugerindo que certas coisas são mais potentes para propiciar o desenvolvimento das crianças, isto poderia entrar como um dos elementos básicos. Seguramente, a neurociência está dizendo coisas que nós precisamos aprender em relação às crianças, como estimulá-las, como fazer que certos tipos de capacidades, de habilidades adquiram um maior desenvolvimento.

Eu penso que por essa via temos algumas coisas que precisamos aprender, que levariam a estabelecer condutas básicas que seguramente podem ser interessantes neste sentido.

Focando nestas condutas básicas que o professor deveria ter, que elementos, na sua opinião, revelam-se enquanto critérios para se caracterizar uma boa prática educativa para atender a infância de 0 aos 6 anos?



Miguel A. Zabalza Beraza: Claro que isso é uma pergunta muito complexa, pois suponho que haveria que se centrar em muitas coisas muito diversas. Boas condutas na Educação Infantil têm que estar vinculadas com os distintos âmbitos de crescimento das crianças. Essas dimensões do crescimento das crianças poderiam ir se concretizando em situações concretas que se devam realizar. Seguramente, a divergência teórica que tenho em relação a outros teóricos da Educação Infantil é que, em alguns casos, pretende-se trabalhar em uma perspectiva muito globalizada. Essa perspectiva globalizada significa que certos tipos de tarefas querem se vincular as muitas dimensões do desenvolvimento das crianças. É um pouco o problema espanhol.

Então, eu entendo que trabalhar com jogos é suficiente para desenvolver psicomotricidade, para desenvolver música, para desenvolver tanto..., a mim me parece que isto superficializa muito o trabalho que se pode fazer. E com isso as nossas crianças estão fazendo coisas estúpidas a maior parte do tempo. Porque não se aprofundam as atividades que estariam vinculadas a coisas concretas, a dimensões concretas. Para trabalhar a música se necessita um trabalho muito específico, não dá para cantar um canto de qualquer jeito, ou para fazer uma boa pintura se precisa de estratégias que levem as crianças a um certo tipo de domínio da pintura, ou para a comunicação verbal, ou para determinado tipo de coisas mais ligeiras que podem ser tratadas de maneira mais interdisciplinarmente. Isto é um pouco do que aprendi trabalhando com os italianos, que o trabalho através de *talleres*, de *obradoiros*, de laboratórios é o que, de alguma forma, dá especialização ao trabalho que fazem as crianças. No final, eles acabam fazendo coisas muito ricas na medida em que vão trabalhando com aspectos concretos. Isso não significa que estas coisas possam entrar em projetos mais amplos, mas ao final cada atividade tem que ter um tipo de especialização dentro dela. Este é o que do meu ponto de vista, que as tarefas a serem realizadas dentro de cada área devam ser interessantes. Isto implica formação de professores, implica ter recursos suficientes para fazer, ter certas condições que nem sempre são fáceis de se conseguir.

227

A partir desta concepção que o senhor desenvolve, o que deveriam saber fazer os professores de Educação Infantil hoje?

Miguel A. Zabalza Beraza: Eu seria muito partidário que os professores de Educação Infantil se especializassem em alguma coisa. Não podem ser es-

pecialistas em tudo, isso é obvio. Mas alguma coisa deveria ser um ponto de avanço, um ponto de identidade para eles. Poderíamos ter o professor de Educação Infantil especializado na língua, outro especializado na lógica-matemática, outro no teatro, na dramatização, na psicomotricidade. Este conhecimento que tem nesse âmbito poderia servir de motor para mobilizar também os outros âmbitos. Porém, ele sabendo que tem conhecimento, que é especialista no trabalho que está fazendo, trabalharia em um âmbito mais concreto.

E isso levaria à possibilidade de trabalhar em equipe dentro da escola de Educação de infância, cada professor contribuindo e trabalhando com as crianças aquele tipo de conhecimento que lhes permita. As crianças não podem entrar em profundidade em todos os âmbitos, mas deveria haver alguma possibilidade de aprofundar em algum âmbito em que seu cérebro possa entrar em questões mais especializadas, específicas que poderiam servir de mobilizadores, para elevar seu desenvolvimento para outros tipos de questão.

228

Pergunta complementar: Neste sentido, a proposta que o senhor está fazendo, não teria o perigo de cair no que criticou ainda há pouco sobre a questão da globalização? Uma atividade com uma intenção muito diversificada para atingir diferentes aspectos do desenvolvimento da criança?

Miguel A. Zabalza Beraza: Não, porque o professor deveria trabalhar com outras coisas, mas ele saberia que esta atividade seria a atividade mais próxima de sua turma, a atividade central e sobre esta se vão trabalhando outras coisas. Isso permitiria ir rodando, girando nos diversos anos da escola infantil sobre diversos tipos de atividade: um ano poderia estar em torno do que seria a expressão plástica com projetos que levem a esse tipo de coisa. É claro que as crianças também estariam trabalhando outras linguagens, psicomotricidade, também fariam outras coisas. E no ano seguinte, poderia estar acentuando sobre outro tipo de coisas, como comunicação verbal, outro ano sobre o conhecimento do entorno e as crianças fariam pesquisas e estariam trabalhando com as questões que tem a ver com isso. Não é que os professores tenham que se especializar em uma matéria acadêmica se não em um âmbito de trabalho com as crianças, de um jeito tal que permitiria a ele trabalhar bem. Se eu fosse professor de Educação Infantil eu diria: "Pobres crianças que têm que estar comigo, porque eu não sei nada sobre como tra-



balhar a argila." Se estivessem comigo não iriam aprender nada de argila. É uma bobagem que eu queira ensinar argila, porque eu não sei trabalhar. Eu poderia ser muito bom em temas de linguagem e trabalhar com eles contos, dramatizações ou outro tipo de coisa, mas a verdade é que com a argila e comigo perderiam o tempo. Estão perdendo tempo com muitíssimos professores e com muitíssimas coisas, porque fazem coisas bobas. Eu os poria a trabalhar com argila e fariam "palitos", porém fazer palitos não se aprende a trabalhar com argila. E é o que faziam, por exemplo, na escola de Braga que estava próxima à professora Dra. Júlia Oliveira-Formosinho (Universidade do Minho, Braga, Portugal) e sua equipe. Eles para trabalharem com argila traziam um artesão à escola, um profissional da argila para fazer uma oficina com as crianças, e ao final elas faziam coisas maravilhosas com a argila. Elas têm muita criatividade. E se precisassem trabalhar com teatro, eles trariam alguém que soubesse trabalhar com isso. Quero dizer, que ou bem superficializo tudo para que as crianças estejam trabalhando de um jeito distinto, a um nível superficial, ou bem...algo tem que mudar no trabalho que se faz com as crianças pequenas.

Pergunta complementar: Fico um pouco preocupada quando o senhor fala da especialização em uma linguagem, porque se nós formos analisar o corpo humano é um instrumento potencial de várias linguagens. Então, não estamos correndo o perigo, ao se ter um professor especializado em uma linguagem e trabalhando durante um ano com a criança, de perder muito de vista o restante ou o seu todo. Exemplo: se eu tenho um professor com habilidade muito grande para trabalhar com a música e for trabalhar em termos de formação a questão musical, será que ele não tenderá a fazer da música um projeto anual a ser desenvolvido junto às crianças e isso não acabará por empobrecer as diferentes outras linguagens?

229

Miguel A. Zabalza Beraza: Isso poderia acontecer se as crianças estivessem só com este professor e estivessem só com ele durante os três ou quatro anos que passam pela Educação Infantil. Mas se essas crianças não estiverem só com este professor, se estiverem com outros especialistas? Então, a criança vai trabalhar neste ano com seu tutor, que é quem está com ela, mas vai poder trabalhar também com outros professores, mantendo um trabalho de intercâmbio entre outras classes, com outros tipos de projeto. Quero dizer, a escola tem que vigiar para que o projeto que se está desenvolvendo seja

equilibrado, que não tenha nenhuma dimensão que fique abandonada, des-cuidada no projeto de formação dessas crianças.

Claro, esse pode ser um risco que corre o professor, mas o risco que corre o professor que não sabe nada é muito maior, porque ao final não se trabalha nada ou se trabalha coisas de um nível tão superficial que não se está contribuindo muito para o desenvolvimento das crianças.

Uma criança avança mais quanto mais oportunidades estamos oferecendo de avançar e o professor deverá saber como proporcionar esses avanços. É o problema do professor que tenta ensinar a falar o inglês às crianças, mas ele não sabe falar, não domina o inglês, não vai ensinar, não vai fazer com que essas crianças conquistem nada. Outro risco também existe sim, mas um bom profissional sabe que, ainda que tenha esta especialização, este conhecimento mais aprofundado, saberá trabalhar outra em termos mais gerais.

Pergunta de aprofundamento: Aí se coloca a possibilidade de mudança das rotinas, ou seja, a criança não precisa estar em uma turma, ela poderia estar participando de uma rotatividade de atividades, elegendo as suas turmas, as suas atividades?

230

Miguel A. Zabalza Beraza: Sim, mesmo que houvesse um que fosse o central, aquele professor que irá coordenar um pouco mais o trabalho de todos os outros. Aqui normalmente se fala do professor realizador do projeto educativo das crianças. Eu não acredito nisso. Tem que ser a escola a fazer o projeto educativo para as crianças. E os professores combinam, unem esforços para realizar isso. Não sou eu que vou fazer um projeto, sou limitado para fazer sozinho, tem que ser com muitas pessoas. E isso é o que pode contribuir a mais valia a escola. E este problema que temos no infantil tem em todos os outros níveis. Pode ser encontrado do infantil até a universidade. Pensar que cada um de nós somos os protagonistas de um projeto de formação, que somos parte de uma equipe que desenvolve um projeto de formação.

A Espanha já está há 16 anos com a LOGSE aprovada. Quais foram os ganhos e as perdas em termos da formação dos educadores infantis nos últimos anos em Espanha?

Miguel A. Zabalza Beraza: O que tivemos, que ganhos... A parte da LOGSE na Espanha houve um outro processo muito particular que foi a integração da



situação de formação de professores na universidade. Primeiro não eram centros universitários, eram centros que funcionavam independentemente. Eram autônomos, como uma espécie de secundário superior e estas escolas de magistério, estas escolas normais não estavam na universidade.

Isto tinha seus pontos fracos e fortes. Um ponto fraco era o de que os professores que ali estavam dando formação ofereciam uma preparação mais prática do que teórica, havia certas insuficiências na preparação. Também tinha de consequência negativa que os egressos dessas escolas não eram universitários. Quero dizer, que o seu prestígio profissional ficava diminuído em relação aos outros profissionais provenientes da Universidade, de onde saiam os professores para o secundário e para outros níveis.

As escolas normais passaram para a Universidade e isso teve as suas consequências boas e ruins. Agora tem uma formação muito mais teórica, o que significa dizer que perderam muito do contato com a prática, da capacidade de atuar na prática profissional. Esta parte teórica nem sempre esteve vinculada ao trabalho profissional que eles iriam fazer, tanto por ser teórica, como por ser oferecida por pessoas sem nenhuma experiência com escolas infantis, alguns sequer haviam tido contato com crianças pequenas. Quero dizer que estavam falando de livros, de teorias, isto por um lado. Continuamos tendo este problema.

Por outro lado, o aspecto positivo foi a entrada dos professores num ambiente universitário, mais aceitável para eles. É claro que o nível de exigência era maior, os professores tinham que se esforçar mais, tiveram que aprender coisas, tiveram uma formação mais ampla. Bem, o impacto profissional foi interessante, eles acabaram sendo universitários, ainda que os cursos que façam sejam mais fraco que os cursos gerais na universidade, o prestígio que tem esses cursos não é tão forte. Agora vão passar a ser uma carreira de 4 anos, uma licenciatura. Estamos fazendo ganhos na profissionalidade dos docentes, no seu *status* profissional.

○ que se perdeu?... Eu creio que se perdeu muito da originalidade no trabalho nas escolas infantis e isso também tem a ver com a LOGSE. Este é um processo que se produz normalmente nas políticas de infância. É negativo um contexto em que existam poucas políticas, ou que sejam pouco claras em relação à infância, pois acaba ficando tudo muito mais nas mãos do voluntarismo, da generosidade social. ○ que é muito negativo. Ao final são os

232

grupos, as organizações, que não são sinônimos de lucro, as ONGs as que se dedicam um pouco à infância, a fazer caridade com a infância. Quando se regulariza o sistema é o Estado que passa a ser responsável pelas políticas da infância. Essa regularização acaba tendo impacto na homogeneidade de todo o sistema, ao final as coisas acabam sendo muito similares, a burocracia acaba impondo seus critérios, que tem muito mais a ver com a organização acadêmica, com a dinâmica acadêmica do que com a qualidade da formação. Eu tenho discutido isso com grandes autores internacionais, como Apple, por exemplo. Ele defende que os Estados não deveriam intervir na Educação. Isso pode ser fácil dizer a partir do Estados Unidos, seria mais difícil dizer a partir do Brasil e de outros países onde o Estado tem que assumir, porque do contrário não existe outra possibilidade, não existe dinheiro, não existe outra possibilidade para que isso aconteça. Porém, se o Estado tem muita presença, se regula muito as coisas, pode ou poderia acontecer que melhorasse em qualidade, porque caso houvesse mais recursos, as condições poderiam melhorar. Mas trás como consequência negativa que tudo, ao final, sairia igual. Ou seja, o Estado impõe normas que são simultâneas para todos. Isso produz uma certa acomodação, uma atitude de acomodação por parte das escolas e dos professores. E é muito interessante a diferença entre Portugal e Espanha neste sentido. A Espanha que tem um currículo para a Educação da infância muito regulado, com características comuns para todo o Estado. Se vai de uma escola a outra e se perceber que todos fazem mais ou menos as mesmas coisas. Em Portugal, que tem seguramente o sistema menos forte, com menos presença do Estado se tem mais alternativas, muitos modelos, muitas formas de trabalhar a Educação Infantil. Isso faz com que alguns modelos não sejam muito bons ou que poderiam ser criticados. Porém, a própria idéia da criatividade, da diversificação, da possibilidade de adaptar ao que se está fazendo ao contexto ao qual se está trabalhando é muito mais interessante. Os professores se sentem mais protagonistas da programação que querem levar adiante. Aqui estão mais forçados a fazer o que o Ministério determina ou o que as editoras propõem em seus livros para fazer enfoques de distintos tipos. Uma Escola da Ponte na Espanha seria impossível, seria ilegal, estaria contra o desenho curricular, seria fechada no dia seguinte.

Qual deve ser o “locus” ou o curso privilegiado para a formação de educadores infantis: os cursos de Formação Profissional (nível médio), de Magistério, de Pedagogia ou alguma outra proposta distinta?



Miguel A. Zabalza Beraza: Estamos discutindo isso neste momento, porque na reforma que se vai fazer da Universidade, no âmbito do magistério aparecem dois cursos e nada mais, os outros foram eliminados. Um curso para formar educadores de infância e um curso de formação para as séries iniciais, primária. Essa é a proposta que está fazendo o Ministério, depois haverá outro curso para a formação de professores para a escola secundária, e se logramos êxito vamos introduzir alguns cursos de Mestrado, mas já para a formação de docentes universitários. Os de secundária vai ser também um Mestrado, eles farão uma licenciatura em Matemática, Biologia e depois o Mestrado em Educação. A discussão que se coloca é se é conveniente os dois cursos, o de Educação Infantil e o de séries iniciais ou se seria melhor um único título para todo o professorado. Ou seja, não diferenciar entre o professorado de educação infantil e de primária, ter um título comum para todos e depois que fizessem algumas carreiras de especialização nos âmbitos respectivos. Eu tenho discutido muito isso com a Júlia, por exemplo. Júlia é muito partidária de que exista uma carreira específica para a Educação de infância, com estudos específicos. A integração dos cursos de formação na universidade não tem volta, isso nunca poderia ir para trás e voltar para a secundária. O que quer dizer que o nível de formação tem que ser o superior, o universitário. Isso na Europa é uma coisa aceita, acordada.

233

O estudo que coordenou Peter Moss em diversos países europeus identificou que os cursos de formação de professores deveriam ser de nível universitário e com no mínimo 3 anos, a partir dos dezoito anos de idade. Quer dizer, não pode ser uma formação muito prematura, tem que dar, tem que vir depois de uma formação secundária forte. O que estamos discutindo então agora já é outra coisa. Isso tem vantagens e inconvenientes. Efetivamente, o perfil do profissional, de um educador infantil é um pouco diverso do perfil profissional dos de primária, sobretudo quando se vai trabalhar com crianças muito pequenas, que não controlam os esfíncteres, que tem ainda problemas de alimentação, de higiene..., isto pode significar um perfil profissional. E, neste sentido, estaria bem manter a diversificação entre professores de infância e professores de primária. Eu não concordo muito com a idéia só por um motivo. A mim parece que isso é fechar muito a profissionalidade dos próprios professores. Por uma razão, a vida é muito complexa e as pessoas são muito complexas também. Uma pessoa idosa tem dificuldade de trabalhar bem com as crianças pequenas, até por causa da natureza de seu ritmo. É bom

que as mães, por exemplo, tenham seus filhos cedo para não serem avós de seus filhos. O que quer dizer, no final, que a natureza tem seu próprio ritmo. Isso não significa dizer que profissionalmente eu não possa trabalhar com as crianças. Porém, poderia caso queira.

A questão é que, se já estou cansada para estar com as crianças todos os dias já não tenho nenhuma outra possibilidade, porque a minha formação, a minha titulação tem a ver com a Educação de infância. Eu diria que seria muito interessante poder passar da Educação Infantil para a primária, não? Eu já vou com mais idade, já não quero tanto cansaço com as crianças e passo a um nível superior de atenção às crianças. Isso é o que permitiria um tipo de formação mais comum, quero dizer, que tenha um tronco comum forte entre ambos os tipos de professores e que permita, com uma pequena especialização posterior passar para outro nível de trabalho com crianças de idade mais elevada. Essa é a resposta que estão dando os países nórdicos neste momento. Eles estão configurando formação de professores para trabalhar dos 2 aos 5 anos. Os níveis mais baixos não têm escolas, tem outros profissionais, são profissionais que trabalham com as famílias, etc. Porém, dos 5 aos 15 anos é o mesmo professor que pode trabalhar com eles. Se quiser passar de um nível para outro terá que fazer algum curso de especialização, porém curto. Quero dizer que é uma forma de permitir que, com um pouco de esforço, de se ir movendo dentro do sistema educativo, que se pode começar com as crianças menores e passar para crianças maiores, como o contrário. A vida dos professores teria maior mobilidade dentro da própria profissão. E é isto que estamos discutindo se seria melhor ou pior. Creio que não se voltaria atrás para se ter um título único, mas para muitos essa não seria uma solução ruim. Ainda que tenhamos pessoas que não concordem, a Júlia, por exemplo, que é uma grande referência para mim e que não concorda e muitos na Espanha não estariam de acordo com isso.

Pergunta de aprofundamento: Há sempre a preocupação de que com este tipo de proposta se possa valorizar, priorizar mais as séries iniciais e deixar a Educação Infantil em 2º plano, isso por conta do *status* dos diferentes níveis do processo de formação e escolarização.

Miguel A. Zabalza Beraza: Outra coisa que estão fazendo nos países nórdicos são cursos de 4 anos, dos quais três estão assim divididos: dois são comuns, e um é independente. O que quer dizer que se faço a Educação



Infantil e quero passar para as séries iniciais primárias eu teria que fazer um outro ano de curso. E deixam o 4º ano para que cada um estude o que queira. A mim parece uma solução maravilhosa, para isso, eu dizia antes, de que cada professor tenha um âmbito no que se sinta forte, que lhe dê identidade. Se alguém quer passar um ano estudando teatro, magnífico. Se alguém quer passar estudando Psicologia, vai fazer a sua opção. Ao final o professor vai a uma escola onde tem os cursos próprios de especialização em um ano dedicado a um tema que goste e que possa centralizar no trabalho realizado com as crianças.

Com o Pacto de Bologna, que expectativas podemos ter para a formação de educadores infantis na Europa? Podem ser positivas? Seriam perspectivas interessantes?

Miguel A. Zabalza Beraza: Penso que sim, podem ser. Poderiam não ser. Mas penso, que em primeiro lugar serão interessantes, sobretudo, porque está pedindo que os professores possam estudar de um jeito mais autônomo, coisa que agora não estamos fazendo bem. Que eles sejam mais protagonistas de sua própria história de formação, não tanto seguindo os passos que nós professores estamos lhes marcando. Em segundo lugar, é um tipo de formação mais centrada em competências e creio que isso possa fazer mais realista a carreira.

Se tivermos claro que o futuro profissional da Educação Infantil deveria ter esse tipo de competências e o projeto de formação insiste na consecução destas competências, isso fará com que ao final estes moços e moças que querem ser professores tenham competências que agora nós não estamos garantindo que tenham. Agora tem conhecimentos, mas não sabemos se sabem aplicar ou não no seu trabalho.

Na sua opinião, a que aspectos deveríamos prestar mais atenção na atualidade da Educação Infantil?

Miguel A. Zabalza Beraza: Haveria várias coisas há fazer, mas depende dos contextos, as prioridades podem levar para um ou outro lado. Porém, eu creio que a Educação Infantil tenha que ser concebida como o lugar onde as crianças tenham experiências muito ricas. Ricas e diversas. Portanto, na medida em que estamos em condições de enriquecer um pouco os traba-

lhos que estão realizando as crianças, eu creio que isso marcaria níveis de qualidade cada vez maiores. E como conseguir isso? Há um mecanismo que no meu ponto de vista se está empregando muito pouco, que tem muita resistência no âmbito profissional, que é a avaliação. Eu creio que avaliamos muito pouco o trabalho que estamos fazendo e, portanto, temos muito pouca informação sobre se estão produzindo bem, se estamos no bom caminho, se o que estamos fazendo realmente contribui ou não para as crianças. Isso está acontecendo entre nós.

A Katy Silva, na Inglaterra está fazendo todo um projeto que se chama EPE que acompanha um segmento de crianças que fizeram a Educação Infantil, para saber o que acontece com elas, até chegarem aos 14 anos.

Na medida em que tenhamos dados a respeito de que tipo de atividades são mais interessantes para se fazer com as crianças, em que medida tenham ganhos para elas, estaremos em condições de dizer: "Bom, isso é muito interessante para se fazer na Educação Infantil."

Mas agora, quando um fala de avaliação no âmbito da Educação Infantil sempre ao final é odiado. Quero dizer que as educadoras não gostam nada disso. Elas gostam de estar, de jogar, de fazer coisas com as crianças, mas não querem avaliar. Tem pouco êxito a idéia da documentação, da revisão, de analisar que tipos de coisas estão fazendo.

Bom professor, eu gostaria de agradecer muito pela sua disponibilidade e deixar a palavra com o senhor caso queira dizer mais alguma coisa.

Miguel A. Zabalza Beraza: O tema da Educação Infantil é sempre muito vivo, diríamos que deva estar e ser de primeira página, sempre se está discutindo, fazendo coisas a respeito. Eu creio que falta à Educação Infantil um pouco de investigação básica, de coisas que têm a ver com a Neurociência, com os sistemas de aprendizagem e não ficar a reboque da Psicologia apenas. Na própria Educação, não são muitas as investigações, não as investigações descritivas, mas como as crianças aprendem, que contribuições têm ao seu caráter, ao seu crescimento. É um campo muito novo na vida universitária, vamos ver se pouco a pouco a universidade vai tendo mais conhecimento sobre tudo isso, se vai entrando mais neste novo campo.



Prof. Dr. Miguel Ángel Zabalza Beraza
Universidade de Santiago de Compostela | Espanha
E-mail | zabalza@usc.es

Entrevista concedida à
Profa. Dra. Maristela Angotti
Universidade Estadual Paulista de Araraquara
Faculdade de Ciências e Letras
E-mail | maristela_angotti@hotmail.com